

A QUESTÃO AMBIENTAL: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS PROBLEMAS AMBIENTAIS URBANOS*

Ângela Cristina SILVA**

Linha de Pesquisa: Dinâmica e Gestão Ambiental

Nível: Mestrado

As discussões sobre a problemática ambiental e os limites do desenvolvimento do planeta datam da década de 1960, quando pesquisadores começaram a alertar sobre os riscos da degradação do meio ambiente e o que isso implicaria para a própria existência dos seres humanos.

No ano de 1972, pesquisadores do “Clube de Roma” publicaram um estudo sobre os limites do crescimento econômico e o possível colapso dos recursos naturais em, aproximadamente 100 anos.

A ideologia do “crescimento econômico zero” proposta no estudo como solução para a eminente crise ambiental foi muito questionada. Apesar de ser acusado de tentar manter o *status quo* em favor dos países desenvolvidos, o estudo obteve a adesão de movimentos ambientalistas.

No mesmo ano, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu a Conferência sobre o Meio Ambiente. Realizada em Estocolmo, a Conferência tinha como objetivo tentar encontrar caminhos para um desenvolvimento econômico mais racional e menos impactante ao meio ambiente. A partir desta Conferência, a questão ambiental ganhou *status* de problema de cunho mundial, cabendo a todas as nações a responsabilidade pela busca de um desenvolvimento econômico subordinado as condições do meio ambiente e com vistas à justiça social.

* Texto apresentado na Prova de Conhecimentos Específicos do processo de seleção para o Curso de Pós-Graduação em Geografia, da FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente-SP, para o ano de 2004.

** Aluna do Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso mestrado, da FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente-SP. E-mail: angela_zanelato@yahoo.com.br.

Para tanto, a nova proposta de mudança de paradigma de desenvolvimento apoiou-se no conceito de “ecodesenvolvimento”, formulado pelo canadense Maurice Strong, no ano de 1973.

Embasados nos princípios desenvolvidos por Ignacy Sachs, cujos critérios fundamentais são: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica, o conceito de “ecodesenvolvimento” apresentava como eixos norteadores: a necessidade da solidariedade intergerações; a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; a mudança nos padrões de consumo; a elaboração de sistemas sociais para melhoria da qualidade de vida da população; o envolvimento de todos os atores sociais e programas de educação (CAVALCANTI, 2001).

Foram os debates em torno do “ecodesenvolvimento” e a busca de novos paradigmas de desenvolvimento, que abriram espaço para a formulação de um novo conceito – o desenvolvimento sustentável.

Estas discussões intensificaram-se ainda mais na Rio 92, que culminou numa série de propostas sistematizadas na Agenda 21 e lançou o conceito de “sustentabilidade”, assim como as diretrizes da nova forma de desenvolvimento.

A Agenda 21 apresenta uma série de propostas e recomendações para orientar o desenvolvimento das nações e erradicar os diversos problemas ambientais e sociais existentes, tais como: inversão térmica; emissão de gases poluentes; disposição final de resíduos; contaminação das águas superficiais, subterrâneas e do solo; enchentes e inundações nos centros urbanos, bem como para a erradicação de diversas doenças no mundo; diminuição da pobreza e da fome; fim do analfabetismo, entre outros. Para todas estas propostas foram estabelecidos prazos e metas a serem cumpridos pelas nações.

Todavia, a realidade atual nos mostra que em muitos países os padrões mínimos de sustentabilidade estão longe de serem atingidos. Os problemas ambientais, principalmente os urbanos, somados ao aumento da desigualdade social, apresenta um quadro de “barbárie institucionalizada” (GONÇALVES, 1984).

Segundo Gonçalves (1984), os problemas ambientais urbanos não são gerados pelas cidades, mas sim pelo modelo de desenvolvimento econômico capitalista vigente, calcado numa população extremamente consumista que busca o desenvolvimento econômico a qualquer custo, mesmo colocando em risco sua qualidade de vida.

O padrão consumista das populações está agravando ainda mais os problemas ambientais nos centros urbanos de médio e grande porte, no que diz respeito à disposição final dos resíduos. Toneladas de resíduos e efluentes industriais são lançados diariamente no meio ambiente sem nenhum tratamento prévio, contaminando o solo, ar e água, além de contribuir para a proliferação de vetores de uma série de doenças.

O aumento da população urbana em decorrência do êxodo rural, também é abordado por diversos autores como um agente etiológico da problemática ambiental urbana. Rossini (1975), em seu trabalho sobre o aumento do êxodo rural a partir da implantação do Estatuto do Trabalhador Rural no Estado de São Paulo, aponta para o “inchaço” dos centros urbanos, principalmente nas periferias das grandes cidades, ocupadas por essa população de baixa renda e sem qualificação profissional que sobrevive de subempregos e são totalmente destituídas de bens de consumo coletivo.

De acordo com Kowarick (2000), esta população marginalizada que ocupa os morros, cortiços e fundos de vale, e que moram em habitações precárias, desprovidas de qualquer infraestrutura ou serviços públicos, necessários para a reprodução da sua força de trabalho, buscam nas cidades – espaços das contradições sociais – oportunidades para melhorar suas condições de vida.

O processo de “inchaço”, tão típico no cenário urbano de nossas sociedades (KOWARICK, op. cit.), é responsável também pelo crescimento descontrolado das cidades. Sem nenhum planejamento prévio, as cidades foram crescendo e ganhando novas formas e funções, ocupando áreas de inundação dos rios em períodos de cheias e os mananciais, comprometendo o abastecimento de água potável para a população que hoje sofre com o racionamento; assim

como as intermináveis enchentes que assolam a população todos os anos durante as estações mais chuvosas, deixando milhares de desabrigados.

O intenso processo de industrialização em diversos países e o conseqüente aumento da emissão de gases tóxicos associados a queima de combustíveis fósseis, tem provocado fenômenos como inversão térmica e chuva ácida, contribuindo também para a degradação da camada do ozônio estratosférico. Todos esses fatores interferem drasticamente no equilíbrio ecológico da Terra, causando sérios prejuízos à saúde humana, como problemas respiratórios, alterações no metabolismo, propagação de diversos transmissores de doenças e o aumento da incidência de cânceres cutâneos verificado em diversas cidades.

Lombardo (1985), aponta para outro problema verificado nos centros urbanos, as “ilhas de calor”, fenômeno causado pela alteração no gradiente térmico, em que apresentam amplitudes de temperatura entre 2 e 5°C dentro da mesma cidade. Este fenômeno localizado, principalmente, em áreas densamente povoadas, com redução de áreas verdes e níveis elevados de poluição atmosférica, é altamente prejudicial à saúde humana e interfere no clima local.

As reflexões ora apresentadas nos remetem a compreensão que temos dos problemas ambientais, mais especificamente, dos problemas ambientais urbanos. Pois estes definem o modo como as contradições da nossa sociedade se expressam no espaço de vida (GONÇALVES, op. cit).

A degradação ambiental nada mais é do que a crise da racionalidade econômica e da civilização. Assim, cabe a cada cidadão começar a questionar seus hábitos e padrões de consumo, e as nações a colocarem em debate seus modelos de desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 3ª ed.. São Paulo: Cortez, 2001.

GONÇALVES, C. W. P. **Paixão da terra**: ensaios críticos de ecologia e geografia. Rio de Janeiro: Rocco/SOII, 1984, 160 p.

KOWARICK, L. **Escritos urbanos**. São Paulo: 2000, 143 p.

LOMBARDO, M. A. **Ilha de calor nas metrópoles**: o exemplo de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1985, 244 p.

ROSSINI, R. E. Contribuição ao estudo do êxodo rural no Estado de São Paulo. 1975. 350f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.